

Ementários de Avaliação Psicológica: Analisando IES Públicas e Privadas do Nordeste Brasileiro

Psychological Assessment Syllabi: Analyzing Public and Private HEIs in Northeastern Brazil

Libro Guía de Evaluación Psicológica: Analizando IES Públicas y Privadas del Nordeste Brasileño

Plans de Cours sur l'Evaluation Psychologique : Analyse des Etablissements d'Enseignement Supérieur Publics et Privés du Nord-Est du Brésil

 10.5020/23590777.rs.v25i1.e14010

Ulisses Izidorio da Silva Neto  

Psicólogo clínico. Especialista em Psicologia da Saúde. Professor conteudista. Voluntário no Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR).

Leogildo Alves Freires  

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Gleidson Diego Lopes Loureto  

Doutor em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor do curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Julio Cezar Albuquerque da Costa  

Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e membro do Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica (LAPAP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Cleane Lacerda do Nascimento  

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e bolsista de Iniciação Científica (CNPq) do Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica (LAPAP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Angélica Maria Ferreira de Melo Castro  

Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisadora do Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica (LAPAP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Resumo

Este estudo objetivou realizar uma análise dos ementários das disciplinas de avaliação psicológica (AP) dos cursos de graduação em psicologia de instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas do Nordeste brasileiro, com fins a refletir sobre a formação em AP na região. Desse modo, 17 instituições públicas e nove privadas disponibilizaram essas informações on-line, as quais foram analisadas no Iramuteq. Os resultados demonstram a presença de abordagens de ensino tecnicistas sobre a AP, com ênfase no psicodiagnóstico, sendo esses aspectos mais preponderantes nas IES privadas. Os avanços nas diretrizes para o ensino da AP foram mais perceptíveis em IES públicas, tais como: reformulação de nomenclaturas; maior articulação com outros saberes psicológicos; compreensão de AP enquanto processo; e a discussão sobre questões éticas. Conclui-se que a formação em AP nas IES públicas converge em maior medida com as diretrizes de ensino da disciplina, embora avanços em ambos os contextos sejam ainda necessários para uma formação profissional de qualidade, principalmente no contexto da pandemia do novo coronavírus, em que a psicologia em geral, tem sido desafiada a revisar suas práticas e adaptar-se aos novos contextos, sem prejuízos de ordem ética e de qualidade do ensino e formação.

Palavras-chave: avaliação psicológica, universidade, ensino em psicologia, públicas, privadas.

Abstract

This study analyzed the syllabi of psychological assessment (PA) courses from undergraduate psychology programs at public and private higher education institutions (HEIs) in Northeastern Brazil, with the aim of reflecting on PA training in the region. A total of 17 public and nine private institutions made their syllabi available online; we analyzed these materials using IRaMuTeQ. The results indicate predominantly technique-driven approaches to PA instruction, with an emphasis on psychodiagnostics — features that were more prominent in private HEIs. Advances aligned with PA teaching guidelines were more evident in public HEIs, including the revision of course nomenclature, stronger integration with other psychological domains, treatment of PA as a process, and more sustained attention to ethical issues. Overall, PA training in public HEIs appears to align more closely with established teaching guidelines. Nevertheless, progress is still needed in both settings to ensure high-quality professional training, particularly in the context of the COVID-19 pandemic, which has challenged psychology to revisit its practices and adapt to new contexts without compromising ethical standards or the quality of teaching and training.

Keywords: psychological assessment, university, psychology training, public, private.

Resumen

Este estudio objetivó investigar la formación en evaluación psicológica (AP) de los cursos de Psicología en el Nordeste brasileño. Para tanto, fueron utilizados libros guía de las asignaturas de AP de Instituciones de Enseñanza Superior (IES) públicas y privadas. Diecisiete instituciones públicas y nueve privadas pusieron a disposición estas informaciones en línea, las cuales fueron analizadas en el Iramuteq. Los resultados demostraron la presencia de enfoques de enseñanza tecnicista sobre la AP, con énfasis en el psicodiagnóstico, siendo estos aspectos más preponderantes en las IES privadas. Los avances en las directrices para la enseñanza de la AP fueron más perceptibles en IES públicas, tales como: reformulación de nomenclaturas; mayor articulación con otros saberes psicológicos; comprensión de AP como proceso; y la discusión sobre cuestiones éticas. Se concluye que la formación en AP en las IES públicas converge en mayor medida con directrices de enseñanza de la asignatura, aunque avances en ambos los contextos sean aún necesarios para una formación profesional de calidad, principalmente en el contexto de la pandemia del nuevo Coronavirus, donde la Psicología en general, viene siendo retardada a revisar sus prácticas y adaptarse a los nuevos contextos, sin perjuicios de orden ética y de calidad de la enseñanza y formación.

Palabras-chave: evaluación psicológica, universidad, enseñanza en psicología, públicas, privadas.

Résumé

Cette étude visait à enquêter sur la formation en évaluation psychologique (EP) dans les cursus de psychologie du nord-est du Brésil. À cette fin, nous avons consulté les plans des cours des disciplines des EP des Établissements d'Enseignement Supérieur (EES) publics et privés. Dix-sept institutions publiques et neuf institutions privées ont mis ces informations en ligne, lesquelles ont été analysées dans Iramuteq. Les résultats montrent la présence d'approches technicistes dans l'enseignement de l'EP, mettant l'accent sur le psychodiagnostic, ces aspects étant plus répandus dans les EES privés. Les progrès dans les directives pour l'enseignement de l'EP étaient plus perceptibles dans les EES publics, notamment : la reformulation des nomenclatures ; une meilleure articulation avec d'autres connaissances psychologiques ; la compréhension de l'EP comme un processus ; et la discussion des questions éthiques. Il est conclu que la formation en EP dans les EES publics est mieux alignée avec les orientations pédagogiques de la discipline, bien que des avancées dans les deux contextes soient encore nécessaires pour une formation professionnelle de qualité. Cela est particulièrement vrai dans le contexte de la pandémie de COVID-19, qui a contraint la psychologie à revisiter ses pratiques et à s'adapter à de nouveaux contextes, tout en préservant l'éthique et la qualité de l'enseignement et de la formation.

Mots-clés : évaluation psychologique, université, enseignement de la psychologie, public, privé.

Durante o século XX, a avaliação psicológica (AP) passou por expressivas dificuldades durante o processo de construção e implementação do conhecimento na área. Os principais problemas enfrentados eram provenientes das tensões geradas quanto à sua própria conceituação e à precariedade psicométrica das medidas psicológicas, caracterizando uma fase de crise da área entre 1970 e 1990 que concorreu para a banalização do estudo e prática dos testes psicológicos no Brasil (Alchieri & Cruz, 2003). Diante da marginalização desse campo por parte da ciência psicológica brasileira, ainda na década de 1990, inicia-se um processo de reconstrução da AP visando superar a falta de critérios científicos na área (Cardoso & Silva, 2018). Professores(as) e pesquisadores(as) organizaram vários eventos científicos nesse momento para discutir, entre outros tópicos, as pesquisas desenvolvidas, a função das disciplinas de AP na formação dos(as) psicólogos(as) e políticas para o seu desenvolvimento (Bueno & Peixoto, 2018).

Concomitantemente a esses movimentos, surgiram as principais entidades da área, a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), em 1993, e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), em 1997 (Cardoso & Silva, 2018). No entanto, a fiscalização e controle sobre os testes psicológicos passou a existir somente em 2003, quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), por meio da Resolução nº 002 (CFP, 2003). A criação do SATEPSI é considerada um marco histórico, pois trata-se de um sistema que contribui significativamente para os avanços da AP no Brasil (CFP, 2013). Dentre as suas funções é possível destacar: regulamentar a AP, realizar análises dos requisitos mínimos que os testes psicológicos devem apresentar, elaborar uma lista dos testes considerados favoráveis e desfavoráveis para uso etc. (Reppold & Noronha, 2018).

As prévias dos 20 anos do SATEPSI, o CFP lançou a Resolução nº 31 (CFP, 2022), que revoga a Resolução nº 09 de 2018, melhor organizando os conceitos referentes à AP e ao SATEPSI, atualizando questões referentes ao seu papel, bem como intensificando o lugar de importância das questões ético-políticas às diretrizes básicas que devem ser seguidas durante o processo de realização de AP pelos(as) profissionais da psicologia pós-pandemia da Covid-19 (CFP, 2022). Ademais, nessa normativa, reforça-se o pressuposto de que a avaliação psicológica constitui um amplo processo investigativo e estruturado de variáveis psicológicas, sendo formado por métodos, técnicas e instrumentos, visando levantar informações orientadas à tomada de decisão em diversos âmbitos (i.e., individual, grupal ou institucional), fundamentando-se em demandas, condições e finalidades específicas.

Assim, atualmente, de maneira diferenciada da segunda metade do século XX, a AP está mais bem definida, bem como a testagem psicológica melhor regulamentada. Contudo, segundo Gouveia (2018), falta definição consensual por parte do CFP e das instituições de referência da AP sobre as competências necessárias para os(as) psicólogos(as) que trabalham na área, ou até mesmo sobre quais as habilidades básicas são esperadas de um(a) psicólogo(a). Em 2012, com o apoio do IBAP, Nunes et. al (2012), já preocupados com a formação desses(as) profissionais, publicam as Diretrizes para o Ensino da Avaliação Psicológica. Essas diretrizes ressaltam critérios mais objetivos no que se refere: às competências a serem alcançadas na formação em AP pelos/as estudantes; disciplinas e conteúdos programáticos alinhados a essas competências; estrutura de ensino; e referências bibliográficas recomendadas para a composição das disciplinas.

Citando alguns exemplos das diretrizes sinalizadas anteriormente por Nunes et al. (2012), as competências a serem alcançadas pelos estudantes por meio da formação em AP abarcariam desde: conhecer os aspectos históricos da AP, as legislações pertinentes e os aspectos éticos; compreender a AP enquanto processo; ter conhecimento sobre as propriedades que um teste deve possuir; saber escolher os testes e interpretar suas tabelas normativas; ter conhecimentos teóricos sobre a psicometria; ter conhecimentos teóricos sobre os constructos psicológicos que os testes mensuram; saber como planejar uma AP em consonância com os objetivos, público-alvo e o contexto no qual será realizada; comparar e integrar informações obtidas por diferentes técnicas de avaliação psicológica; saber elaborar laudos e documentos psicológicos; saber comunicar os resultados decorrentes do processo da AP; e realizar encaminhamentos.

Um outro seguimento das diretrizes está intimamente relacionado ao objetivo central deste artigo, pois diz respeito à adequação e ao planejamento do conteúdo programático das disciplinas de AP, a fim de que toda a complexidade de competências descritas anteriormente seja desenvolvida no curso de graduação em psicologia, através de experiências teórico-práticas (Nunes et al., 2012). Nessa direção, trazendo uma discussão mais atualizada sobre competências pertinentes aos(as) profissionais de psicologia, Zanini et al. (2022) adicionam a capacitação para uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação – TICs – como implicação direta e intensificada para atuação em AP, especialmente após a pandemia.

Contudo, dados provenientes das últimas edições do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) vêm demonstrando que o desempenho dos estudantes de psicologia na resolução de questões que envolvem conhecimentos na área de medidas tem sido insuficiente (Travassos & Mourão, 2017). Segundo Noronha et al. (2008), cujo estudo analisou 39 ementas de 14 universidades das cinco regiões do Brasil, foi possível verificar ainda a existência de uma formação tecnicista nas universidades nordestinas. Esse cenário se assemelha ao de outro estudo de sua autoria realizado em 2006, com 41 ementas de 38 cursos brasileiros de psicologia, sendo tomadas amostras das cinco regiões do país, em que 71,7% foram instituições de ensino superior – IES – particulares e 28,3%, públicas, em que foi possível destacar uma ampla variedade de nomenclaturas das disciplinas, priorização do ensino de técnicas de avaliação, aplicação e mensuração psicológicas (Noronha, 2006).

Já na região Norte do Brasil, ao analisarem 56 ementas de 28 cursos (seis de instituições públicas e 22 de instituições privadas), Freires et al. (2017) constataram que 19,1% das instituições ainda priorizam conteúdos textuais referentes ao psicodiagnóstico, 17,2% focam na aplicação e interpretação dos instrumentos psicológicos, enquanto apenas 11 % enfatizam a estruturação da AP. Nesse ínterim, os autores apontaram que as ementas não atendem às recomendações propostas por Nunes et al. (2012), além de focarem demasiadamente o processo de realização da AP em contextos específicos, a exemplo da clínica.

Ainda, em estudo recente, Ambiel et al. (2019), ao analisarem 478 ementas de 133 instituições (públicas e particulares) do Sudeste, Sul e Norte brasileiros, observaram como resultado que as categorias que englobam conteúdos referentes aos testes psicológicos e ao processo, objetivo e prática da AP somam 34,2%, enquanto a soma das categorias histórico, fundamentos da psicometria, outras técnicas da AP, devolutiva, encaminhamentos e documentos somam apenas 29%.

Assim, observa-se novamente inconsistências na formação dos(as) profissionais, não atendendo às diretrizes propostas por Nunes et al. (2012), fato que constitui preocupação recorrente na literatura quanto à habilitação dos(as) psicólogos(as) que realizam processos avaliativos (Reppold & Serafini, 2010).

No Nordeste do país, mais especificamente no estado do Ceará, Cardoso e Gomes (2019) apontaram que mais de 75% dos docentes participantes de seu estudo consideraram que os conteúdos mais relevantes para o ensino de AP são os de testes psicológicos, assim como têm na testagem psicológica a metodologia mais comumente aplicada na área. Desse modo, corrobora outros estudos em que a formação em AP na região nordestina também secundariza conteúdos como a ética e os contextos da AP (Ambiel et al., 2019; Bardagi et al., 2015). Freires et al. (2022) ainda chamam a atenção para a urgência de uma formação que considere as competências socioculturais, a fim de amparar uma atuação em AP mais capacitada frente às diversidades humanas e regionais.

Em contraposição a esses dados, Viana-Meireles et al. (2021) relataram uma experiência de ensino em AP com bons resultados em uma universidade federal no Nordeste do país. Na referida publicação, as autoras trouxeram detalhes de uma atividade prática com estudantes de psicologia nas disciplinas de Técnicas de Exames Psicológicos. Como resultado, concluíram que, embora houvesse um caráter teórico e tecnicista nos conteúdos, foi possível despertar nos(as) estudantes a reflexão de que os testes psicológicos por si só são insuficientes para contemplar a AP enquanto processo, além de promover reflexões sobre uma postura ético-política-crítica para seu futuro profissional.

Com isso, observa-se divergências entre as competências que vêm sendo desenvolvidas pelos(as) estudantes de psicologia nas universidades, bem como pelas diretrizes propostas por Nunes et al. (2012) e pela Resolução nº 31 (CFP, 2022). Como consequência, os(as) profissionais da área já saem dos seus cursos de graduação necessitando realizar um alto investimento em cursos de educação continuada em AP, a fim de obter conhecimentos que a considere como processo (desde o planejamento inicial ao encaminhamento final), não distanciado da subjetividade, pautando-se na ética e nos direitos humanos (CFP, 2022; Nunes et al., 2012; Primi, 2018).

Assim, a partir do panorama até aqui exposto, o objetivo deste estudo foi realizar uma análise dos ementários das disciplinas de AP dos cursos de graduação em psicologia de IES públicas e privadas no Nordeste brasileiro, com vistas a refletir sobre a formação em AP nessa região, em linha com a crescente evolução da AP no Brasil (CFP, 2019; Nakano & Roama-Alves, 2019). Em suma, buscou-se uma análise de ementas por considerar que seu conteúdo tem impacto central na formação de profissionais (Ambiel et al., 2019; Freires et al., 2017). Dessa forma, buscou-se contribuir com a ampliação de dados sobre a formação em AP no Brasil, fomentando um panorama da região Nordeste do país relativo ao estudo de ementas e, adicionalmente, propondo uma análise comparativa entre IES públicas e privadas.

Método

Seleção do Material

Inicialmente, utilizou-se do site do Ministério da Educação (e-MEC) <http://emec.mec.gov.br/> para a consulta dos cursos de graduação em psicologia na região Nordeste, entre instituições públicas e privadas. Tal investigação contou com a participação ativa de cinco pesquisadores e foi realizada entre os meses de agosto e dezembro de 2018.

No e-MEC, os pesquisadores aplicaram, cada um, de modo independente, os seguintes filtros: instituições de ensino superior; por estado da região Nordeste; pública municipal; pública estadual; pública federal; privada sem fins lucrativos; e privada com fins lucrativos. Como critério de inclusão, foram selecionadas aquelas IES com curso de psicologia ativo e com acesso disponível ao seu endereço eletrônico. Assim, o acesso ocorreu em 18 instituições públicas e 23 instituições particulares. Porém, foi delimitado como critério de exclusão as IES que não disponibilizavam em seus endereços eletrônicos acesso à matriz curricular ou aos projetos político-pedagógicos (PPP), contendo a descrição das ementas das disciplinas. Como resultado, foram encontrados para este estudo 17 ementários de cursos de psicologia de IES públicas e 16 ementários de cursos de IES privadas.

Cabe complementar que, neste estudo, foram consideradas disciplinas de AP aquelas que, de acordo com as resoluções do CFP e a literatura científica aqui já mencionadas, possuíam em sua ementa termos afins ao seu processo, a saber: “processos de avaliação”, “entrevista”, “laudo”, “teste”, “psicometria”, “exame”, “avaliação”, “psicodiagnóstico”, “neuroavaliação”, “diagnóstico”, “avaliação comportamental”, “análise do comportamento”, “estatística”, “instrumentos”, “medidas”, “seleção”, “orientação vocacional” e “testagem”. Além disso, foi necessário que essas disciplinas tivessem como finalidade abordar a avaliação por psicólogos(as) em seus cenários de atuação, como a clínica, escola, trânsito, organizações, âmbito jurídico, dentre outros. Para tanto, todas as ementas foram investigadas por meio de sua leitura integral, uma a uma.

Organização e Análise de dados

É importante salientar que neste estudo foram analisadas ementas de aproximadamente 20% das IES públicas e privadas na região Nordeste brasileira, o que denota um quantitativo considerável de dados. As análises foram realizadas por meio do *software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*; Ratinaud, 2009). Quanto às análises de classificação hierárquica descendente (CHD) realizadas, cada instituição de ensino representa uma unidade de contexto inicial (UCI). As análises de CHD tornam possível a criação de classes de unidades de contexto elementares (UCEs), que são constituídas por classes lexicais definidas por vocabulários e segmentos de textos de um dado corpo textual (Camargo, 2005). Assim, tal procedimento categoriza os segmentos do texto de acordo com os seus respectivos vocábulos, ao fazer uso das informações dos dados das frequências e do χ^2 (qui-quadrado).

Resultados

Corpus 1: Ementários das Disciplinas de AP de IES Privadas do NE

Com base nas estatísticas descritivas das informações obtidas no *corpus* das disciplinas ofertadas pelas IES privadas, foi possível observar uma ampla diversidade de nomenclaturas (Tabela 1). Dentre as 16 IES, 66 disciplinas de AP foram analisadas. A nomenclatura com maior frequência foi “Avaliação Psicológica” (12,1%, $n=8$), seguida de “psicodiagnóstico” (4,5%, $n=3$), e as disciplinas “Diagnóstico Psicológico”, “Técnicas do Exame Psicológico I”, “Técnicas do Exame Psicológico II”, “Avaliação Psicológica I”, “Avaliação Psicológica II”, “Psicologia Jurídica” e “Testes Psicológicos” (3,0%, $n=2$). Existem, em média, aproximadamente quatro disciplinas de AP por instituição e o primeiro contato com elas varia entre o primeiro (36,36%, $n=6$) e o quinto período (18,18%, $n=3$) do curso de graduação, sendo o quarto período aquele com menor porcentagem de início das matérias de avaliação psicológica (9,09%, $n=1$). Vale acrescentar que apenas cinco (31,25%) das IES privadas analisadas disponibilizavam seus PPP, sendo três deles formulados antes de 2011, ano de referência para as últimas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em psicologia à época de realização deste estudo; e dois deles formulados após essas DCN de 2011. As demais permitiam acesso somente às matrizes curriculares contendo os conteúdos das ementas.

Tabela 1

Frequência das disciplinas de AP de cursos de IES privadas da região Nordeste

Disciplina	F	Disciplina	F
AP	8	Psicologia da Saúde e Hospitalar	1
Psicodiagnóstico	3	Teorias e Técnicas Psicoterápicas Analítico Comportamental	1
Diagnóstico Psicológico	2	Técnicas e Exames Psicológicos I	1
Técnicas do Exame Psicológico I	2	Psicopatologia e Saúde Mental	1
Técnicas do Exame Psicológico II	2	Estágio Supervisionado Básico em Psicologia e Processos de Gestão	1
AP I	2	Técnicas e Exames Psicológicos II	1
AP II	2	Neuropsicologia	1
Psicologia Jurídica	2	Bioestatística	1
Testes Psicológicos	2	Técnicas de Observação Psicológica	1
Estatística Aplicada à Psicologia	1	Psicopatologia I	1
Psicopatologia Geral	1	Estágio Específico I	1
Psicologia e Saúde	1	Psicopatologia II	1
Técnicas em AP I	1	Estágio Específico II	1
Técnicas em AP II	1	Estatística e Informática Aplicadas à Saúde	1
Processos Grupais	1	Processos Psicológicos Grupais	1
Estatística Básica	1	Técnicas Projetivas Expressivas	1
Orientação Profissional	1	Dimensões de Processos Organizacionais	1
Estágio Supervisionado Básico II em Psicologia	1	Estatística	1
Psicologia Escolar	1	Estatística Aplicada à Psicologia	1
Psicologia nas Organizações	1	Pesquisa em Psicologia	1
Psicologia Hospitalar	1	Psicopatologia	1
Estágio Supervisionado Especial A em Psicologia e Processos Clínicos	1	AP III	1
Seminários Integrados em Psicologia	1	Estágio Supervisionado Básico Integrado	1
Psicologia Organizacional e do Trabalho	1	Psicologia Social e Saúde	1

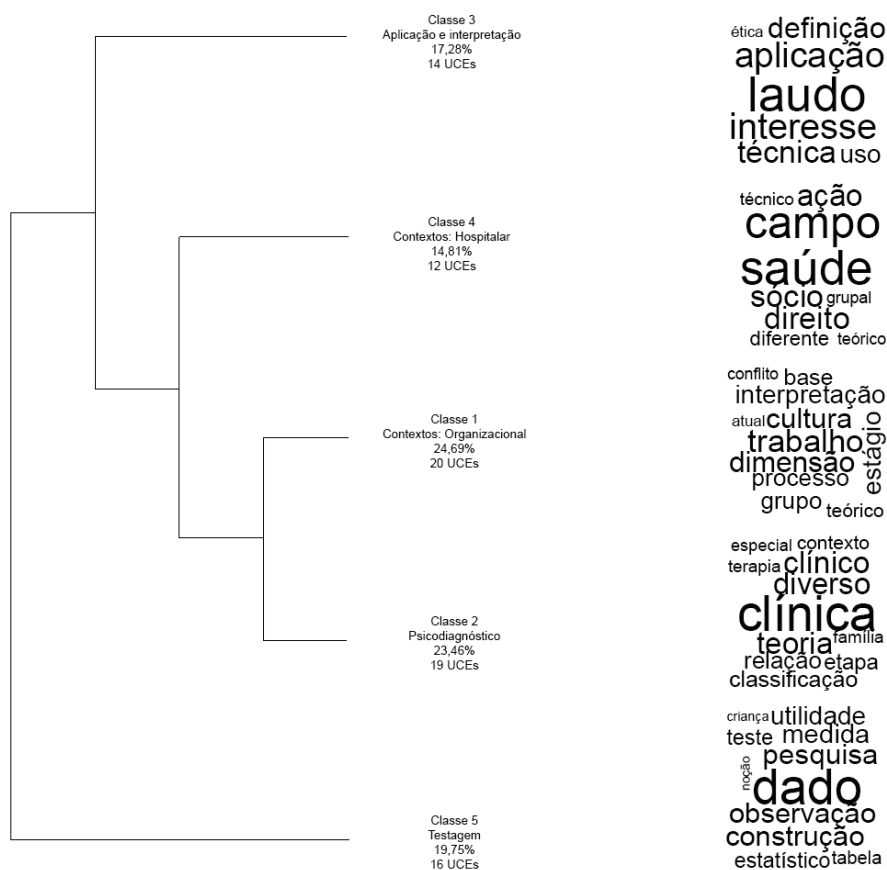
Estágio Supervisionado Especial B em Psicologia e Processos Clínicos	1	Psicoterapia da Criança	1
Psicopatologia Fenomenológica	1	TE em Psicologia II	1
Psicopatologia Comportamental	1	Medidas em Psicologia	1
Psicopatologia Geral	1	Processos de AP I	1
Psicopatologia, Sociedade e Cultura	1	Processos de AP II	1
Psicologia e Relações de trabalho	1	Psicologia e Saúde Mental	1
Análise Experimental do Comportamento	1	Psicologia Organizacional e do Trabalho e Processos de Gestão	1

Nota. F = Frequência. AP = Avaliação psicológica; TE = Tópicos especiais;

Quanto à CHD das IES privadas, o *corpus* foi dividido em cinco classes de segmentos de textos, sendo descritas apenas as palavras cujos χ^2 foram iguais ou superiores ao valor mínimo adequado multiplicado por dois ($\chi^2 \geq 7,68$). A CHD do corpus 1 foi formada por 81 UCEs, 99,99% de aproveitamento, demonstrando duas partições principais. Na primeira, a classe 3 é separada da classe 4. Esta, por sua vez, apresenta mais uma partição para destrinchar as classes 1 e 2 em outra ramificação. Já a classe 5 ficou isolada na segunda partição principal, conforme indica a Figura 1.

Figura 1.

Dendrograma dos ementários das IES privadas do NE



A classe 1 foi denominada “Contextos da Avaliação Psicológica: Organizacional” (24,69% das UCEs, $n=20$), pois considera os aspectos dessa área, ao abordar pontos como recrutamento e seleção de pessoal, e as organizações, tendo como mais frequentes as palavras: “comportamento” ($f=6$; $\chi^2=25,30$), “organizacional” ($f=11$; $\chi^2=21,30$), “comunicação” ($f=4$; $\chi^2=16,49$), “trabalho” ($f=17$; $\chi^2=13,78$), “cultura” ($f=3$; $\chi^2=12,23$). O conteúdo da presente classe é ilustrado pelos trechos: “Sistemas de recrutamento, seleção, socialização, benefícios, incentivos, avaliação do desempenho, observação e análise de como o(a) psicólogo(a) integra a dimensão dos processos organizacionais e do trabalho na sua

prática profissional”; e “Análise de trabalho, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, cultura e clima organizacional, avaliação do desempenho, liderança, motivação, planejamento de cargos e carreiras de qualidade de vida no trabalho e saúde do trabalhador”.

A classe 2 foi definida como “Psicodiagnóstico” (23,46% UCEs, $n=19$), pois se refere à prática da avaliação no contexto da prática clínica, na qual é possível observar a ênfase de algumas disciplinas no resultado da avaliação, na psicopatologia e no diagnóstico; os termos mais frequentes foram: “clínica” ($f=8$; $\chi^2=33,37$), “teoria” ($f=12$; $\chi^2=18,42$), “diverso” ($f=7$; $\chi^2=17,35$), “clínico” ($f=7$; $\chi^2=17,35$) e “relação” ($f=12$; $\chi^2=11,89$). Os fragmentos a seguir ilustram tal classe: “Grandes quadros nosográficos da psicopatologia geral e sua fundamentação, princípios práticos de diagnóstico psicopatológico”; e “Conceituação e importância das técnicas projetivas e sua função diagnóstica, princípios básicos da projeção e sua utilização na testagem psicológica”.

A classe 3, nomeada “Aplicação e Interpretação” (17,28% UCEs, $n=14$), fala sobre procedimentos técnicos da avaliação psicológica; as palavras mais frequentes foram: “projetivo” ($f=8$; $\chi^2=20,04$), “laudo” ($f=8$; $\chi^2=20,04$), “aptidão” ($f=5$; $\chi^2=17,28$), “personalidade” ($f=9$; $\chi^2=16,41$), “psicopatologia” ($f=7$; $\chi^2=16,38$). Nas disciplinas dessa classe, destacou-se a importância na elaboração documental, da entrevista e da técnica do avaliador. Os seguintes fragmentos textuais ilustram tal classe: “Técnicas e avaliação de um conjunto de testes projetivos, caracterização, princípios e formas de aplicação”; e “Avaliação das aptidões humanas, inteligência, atenção e personalidade. Aplicação e correção de instrumentos ou testes R-1, atenção concentrada (AC), palográfico e entrevista psicológica, elaboração de laudos e pareceres psicológicos”.

A classe 4 foi denominada de “Contextos da Avaliação Psicológica: Hospitalar” (14,81% UCEs, $n=12$), e apontou para o universo da psicologia na saúde, os termos que mais se destacaram foram: “saúde” ($f=13$; $\chi^2=22,48$), “atuação” ($f=7$; $\chi^2=20,12$), “campo” ($f=7$; $\chi^2=20,12$), “psicólogo” ($f=8$; $\chi^2=16,27$), “fundamento” ($f=6$; $\chi^2=15,83$). A ação do(a) psicólogo(a) foi enfatizada nessa classe, bem como as suas estratégias de atuação. Os trechos que exemplificam essa classe foram: “a história da psicologia hospitalar no Brasil, serviço de psicologia ambulatorial em hospital geral, psicologia hospitalar versus psicologia da saúde”; e “psicossomática no contexto da saúde, trabalho do(a) psicólogo(a) diante dos hospitais psiquiátricos, o papel do(a) psicólogo(a) mediante o viver e morrer no hospital”.

A classe 5 foi chamada de “Testagem” (19,75% UCEs, $n=16$), nela se reuniram aspectos técnicos da AP com ênfase na psicometria, construção de testes e exame psicológico. As palavras que mais apareceram nessa classe foram: “dado” ($f=14$; $\chi^2=53,83$), “pesquisa” ($f=12$; $\chi^2=25,60$), “observação” ($f=10$; $\chi^2=24,80$), “construção” ($f=10$; $\chi^2=24,80$), “medida” ($f=13$; $\chi^2=22,48$). Os seguintes excertos textuais ilustram tal classe: “O examinador e sua relação com o examinando e a família, classificação das técnicas de exame psicológico”; e “Medidas em psicologia, histórico, conceitos e problemas das medidas de avaliação, teoria da medida, análise dos processos de construção, padronização e validação de medidas pela teoria clássica dos testes e pela teoria de resposta ao item”.

Corpus 2: Ementários das Disciplinas de AP de IES Públicas do NE

Similarmente à análise descritiva do *corpus* das IES privadas, observou-se uma diversidade de nomenclaturas nas IES públicas, totalizando 218 disciplinas de AP diferentes (Tabela 2), considerando nomes que se repetem, ainda que os conteúdos ofertados sejam diferentes. Esse quantitativo de disciplinas corresponde aproximadamente ao triplo daquele encontrado para IES privadas. Quanto às ofertas, também houve grande variação, existindo cursos que ofertam 20 disciplinas que, direta ou indiretamente, abordam AP, e outros, contudo, ofertam apenas sete. Dentre elas, as disciplinas mais frequentes foram Estatística Aplicada à Psicologia (3,67%, $n=8$), Psicopatologia (2,75%, $n=6$), Estágio I da Ênfase I (2,75%, $n=6$) e Estágio II da Ênfase I (2,75%, $n=6$), Psicometria (1,83%, $n=4$), Processos e Avaliação Psicológica I (1,84%, $n=4$) e Processos e Avaliação Psicológica (1,84%, $n=4$). Existem em média 13 disciplinas de AP por curso e o primeiro contato com elas varia entre o segundo (41,17%, $n=7$) e quarto período (11,76%, $n=2$) do curso de graduação, sendo o quarto período aquele com menor porcentagem de início das matérias de avaliação psicológica. Vale acrescentar que apenas seis (35,29%) das IES públicas analisadas disponibilizavam seus PPP, sendo três deles formulados antes de 2011, ano de referência para as últimas DCN à época da realização deste estudo, e três deles formulados após essas DCN de 2011. As demais permitiam acesso somente às matrizes curriculares contendo os conteúdos das ementas.

Tabela 2

Frequência das disciplinas de AP de cursos de IES públicas da região Nordeste

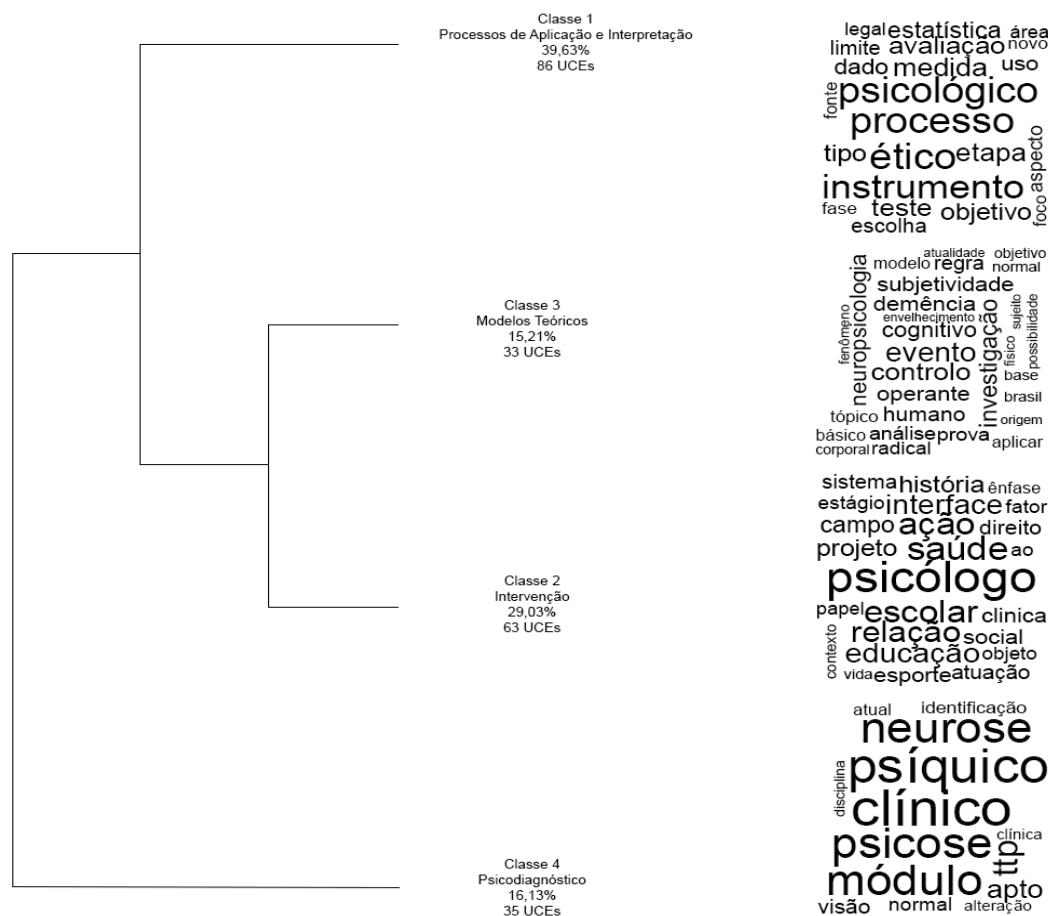
Disciplina	F	Disciplina	F	Disciplina	F
Estatística Aplicada à Psicologia	8	Teorias e Técnicas de AP 2	2	Psicopatologia: Sofrimento Psíquico	1
Estágio I da Ênfase I	6	Avaliação Neuropsicológica	2	Processos de AP II	1
Estágio II da Ênfase II	6	Teoria e Técnica da TCC	2	Estágio Específico I	1
Psicopatologia	6	TTP II Psicanálise	2		
Introdução à Psicopatologia	4	TTP II Comportamental	2	Técnicas Psicométricas de AP	1
Psicometria	4	Métodos Projetivos de Avaliação	1	Neuropsicologia	1
Processos e Avaliação Psicologia I	4	Análise do Comportamento II	1	Técnicas Projetivas de AP	1
Processos e Avaliação Psicologia I	4	Psicologia Organizacional e do Trabalho I	1	Análise Experimental do Comportamento	1
Estágio Básico IV	3	Instrumentos e Técnicas de AP	1	Terapia Infantil	1
Introdução aos Processos de AP	3	TE em AP	1	Ética Profissional	1
Estágio Básico III	3	Orientação Profissional	1	Neuropsicologia I	1
Desenvolvimento Institucional I	3	TE em Psicologia Clínica	1	Neuropsicologia II	1
Neuropsicologia do Envelhecimento I	3	Avaliação Psicopedagógica	1	Estudos Avançados em AP I	1
Neuropsicologia do Envelhecimento II	3	TE em Psicologia da Saúde	1	Estudos Avançados em AP II	1
Psicopologia I	3	Psicologia e Necessidades Especiais	1	Análise do Comportamento e Cinema	1
Psicopologia II	3	Psicologia Ambiental	1	Genética Humana	1
Introdução à neuropsicologia	3	Psicologia do Trânsito	1	Métodos Quantitativos em Psicologia	1
Psicologia do Esporte	3	TE em Análise do Comportamento	1	Psicologia do Excepcional	1
Entrevista Psicológica	3	Estágio Básico em Psicologia do Desenvolvimento	1	Teorias e Técnicas Psicoterápicas II	1
Atividade Teórico-Prática em Psicologia II	3	Estágio Básico Psicologia Social	1	Métodos e Técnicas de AP II	1
Psicologia Educacional	3	Estágio Básico Psicologia Escolar	1	Psicopedagogia	1
Atividade Teórico-Prática III	3	Estágio Básico Psicologia do Trabalho	1	Psicologia Fenomenológico-Existencial II	1
Ludoterapia	3	Estágio Básico Psicologia da Saúde	1	Estatística e Psicologia I	1
Técnicas de Atendimento Breve	3	Estágio Específico III	1	Componente Eletivo III: Psicologia da Imagem	1
Seleção e Orientação Profissional	3	Psicologia e Processos Ensino Aprendizagem II	1	Gestão com Pessoas	1
Psicologia da Família	3	Estágio Básico em Psicologia II	1	Psicologia Educacional e Sociedade	1
Fundamentos de Psicopatologia	3	Psicologia Experimental	1	Psicologia e Processo de Envelhecimento	1
Psicodiagnóstico	3	Relações de Trabalho II	1	Estatística e Psicologia II	1
Psicomotricidade	3	Fundamentos de Psiquiatria	1	Psiquiatria Geral e Fundamentos de Psicofarmacologia	1
Avaliação Psicológica	3	Fundamentos de Terapia Familiar	1	Psicossomática	1
TE em Análise do Comportamento I	3	Estágio Profissional II	1	Histórico e Futuro da AP	1
Psicologia Jurídica	3	Psicologia e Saúde Mental	1	Teorias e Técnicas Sistêmicas	1
Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa	2	Avaliação Psicológica III	1	Psicodiagnóstico Infantil	1
Teorias da Subjetividade III	2	Psicologia e Gestão de Pessoas	1	Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem	1
Psicoterapia Breve	2	Métodos e Técnicas de AP I	1	TE em Métodos, Procedimentos e Técnicas em Psicologia	1
Técnicas de Exame Psicológico I	2	Dificuldades e Avaliação da Aprendizagem	1	Intervenção Psicossocial	1
Técnicas de Exame Psicológico II	2	Psicologia Educacional e Orientação para o Trabalho	1	Estágio Básico em Adolescência	1
Psicopatologia	2	Teorias e Intervenções Analítico-Existenciais	1	Estágio Básico em Saúde Mental	1
Psicopatologia Geral	2	AP e Psicodiagnóstico	1	Comportamento Verbal	1
Construção de Instrumentos de AP	2	Medidas em Psicologia	1	Psicologia Aplicada à Administração	1
Teorias e Técnicas de AP I	2	Estágio Básico em Psicodiagnóstico	1	Psicologia Médica	1

Nota. F = Frequência. AP = Avaliação psicológica; TE = Tópicos especiais.

Quanto à CHD das IES públicas, o corpus foi dividido em quatro classes de segmentos de textos, sendo descritas apenas as palavras cujos χ^2 foram iguais ou superiores ao valor mínimo adequado multiplicado por dois ($\chi^2 \geq 7,68$). A CHD do corpus 2 foi formada por 217 UCEs, 81,74% de aproveitamento, a primeira partição do corpus coloca a classe 1, separando as classes 3 e 2. Já a segunda partição isola a classe 4, conforme indica a Figura 2.

Figura 2

Dendrograma dos ementários das IES públicas do NE



A classe 1 foi denominada “Processos de Aplicação e Interpretação” (39,63% das UCEs, $n=86$), seus termos mais importantes são: “avaliação psicológica” ($f=52$; $\chi^2=35,76$), “processo” ($f=45$; $\chi^2=23,52$), “psicológico” ($f=27$; $\chi^2=22,57$), “ético” ($f=27$; $\chi^2=22,57$), “instrumento” ($f=29$; $\chi^2=22,03$). Especificamente, essa classe se refere ao emprego de instrumentos em processos de avaliação psicológica. Tal classe pode ser ilustrada pelo seguinte trecho de ementário: “A escolha de instrumentos e procedimentos no processo avaliativo. A relação do(a) psicólogo(a) com cliente/paciente no processo avaliativo. Integração dos resultados obtidos nas diferentes etapas do processo avaliativo”.

A classe 2 foi definida como “Intervenção” (29,03% das UCEs, $n=63$). Os termos mais frequentes foram: “comportamento” ($f=25$; $\chi^2=80,98$), “avaliação neuropsicológica” ($f=6$; $\chi^2=34,41$), “evento” ($f=6$; $\chi^2=34,41$), “controle” ($f=6$; $\chi^2=34,41$), “investigação” ($f=12$; $\chi^2=26,09$), e tratam de diferentes possibilidades de atuação do(a) profissional psicólogo(a), caracterizando sua ação em diversos contextos, como na escola, saúde, sociedade e outras instituições, conforme concebe o conselho federal por meio da Resolução nº 18 (CFP, 2019). É possível observar tais elementos no seguinte trecho de ementário: “Propiciando ações no âmbito do tratamento, prevenção e promoção de saúde no contexto organizacional, institucional e comunitário, do diagnóstico e intervenção nos processos de ensino-aprendizagem, bem como a implementação de programas psicoeducacionais em instituições públicas e privadas”.

Na classe 3, nomeada “Modelos Teóricos” (15,21% das UCEs, $n=33$), as palavras mais frequentes foram: “psicologia” ($f=82$; $\chi^2=38,80$), “psicólogo” ($f=22$; $\chi^2=33,11$), “desenvolvimento” ($f=30$; $\chi^2=28,36$), “educacional” ($f=11$; $\chi^2=28,32$), “escolar” ($f=13$; $\chi^2=20,74$). Tais termos referem-se à diversidade teórico-epistemológica em que se pode

fundamentar a análise/investigação/avaliação psicológica. Seu trecho exemplo é: “Comportamento humano complexo. Comportamento verbal, controle por regra, equivalência de estímulos e subjetividade. Metacontingência e a análise de fenômenos sociais. Aplicação da análise do comportamento. Psicometria: história e fundamentos da psicometria. Taxonomia dos instrumentos psicológicos”.

A classe 4 chama-se “Psicodiagnóstico” (16,13% das UCEs, $n=35$), na qual as palavras que mais se destacam foram: “clínico” ($f=25$; $\chi^2=40,20$), “normalidade” ($f=7$; $\chi^2=37,61$), “psíquico” ($f=11$; $\chi^2=36,96$), “psicopatológico” ($f=11$; $\chi^2=36,96$), “psicose” ($f=6$; $\chi^2=32,09$), pois se refere à prática da avaliação no contexto da clínica. O trecho que exemplifica essa classe é: “Inteligência geral, aptidões específicas, escalas e inventários. Fundamentos de psicopatologia. O surgimento do saber psicopatológico: aspectos históricos, epistemológicos e clínicos. As grandes correntes em psicopatologia e as tendências atuais. Perspectivas diagnósticas. Métodos clínicos de avaliação cognitiva”.

Discussão

O presente estudo objetivou realizar uma análise dos ementários das disciplinas de AP dos cursos de graduação em psicologia de instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas do Nordeste brasileiro, com fins a refletir sobre a formação em AP nesta região. Em resumo, com base nas análises realizadas, foi possível observar que as disciplinas acerca da AP são ofertadas no início nos cursos de psicologia, existindo ampla diversidade de nomenclatura das mesmas, na direção de estudos anteriores em outras regiões do país (Freires et al., 2017; Noronha et al., 2008); quanto às análises comparativas, observou-se a presença de componentes curriculares ligados a uma perspectiva tecnicista, pela centralidade de conteúdos sobre testes, medidas, técnicas, mesmo em disciplinas que abordavam contextos diversos de atuação, sendo esses aspectos mais preponderantes nas IES privadas.

Quanto às estatísticas descritivas obtidas nas IES privadas e públicas, a diversidade de nomenclaturas sinaliza a falta de padronização e sistematização curricular comum à formação em AP na região Nordeste, preocupações já reportadas por Gouveia (2018) ao discutir a situação atual da AP no Brasil, assim como os desafios e diretrizes da área e empiricamente observados em estudos dessa natureza (Ambiel et al., 2019; Freires et al., 2017; Noronha, 2006). Interessante adicionar que cursos de uma mesma universidade federal (UF), porém de campi diferentes, possuíam componentes curriculares diferentes. Nesses casos, alguns explicitavam haver diferença nas ênfases dadas quanto ao direcionamento da formação, outros não. Dentro de uma mesma UF, mas em campi diferentes, disciplinas de AP com a mesma nomenclatura possuíam ementas diferentes.

Ainda que as DCN fomentem a autonomia das universidades em propor seus currículos formativos, essa variabilidade de nomenclaturas e de conteúdos das ementas pode fragilizar a formação em AP na região. Tais questões possuem implicações práticas específicas, tal como indicado por Hazboun e Alchieri (2013), em que as justificativas de psicólogos(as) para a não utilização de AP foram atribuídas à deficiência na formação; adicionalmente, os autores identificaram na amostra concepções variadas sobre AP, convergindo para atitudes negativas das práticas avaliativas e, sobretudo, aos testes psicológicos.

Especificamente, as disciplinas com maior frequência nas IES privadas (e.g., Psicodiagnóstico, Diagnóstico Psicológico, Técnicas do Exame Psicológico I e II, etc.) e públicas (e.g., Estatística Aplicada à Psicologia, Psicopatologia, Estágio I da Ênfase I e Estágio II da Ênfase I) representam um avanço na formação em AP, parcialmente consoante às diretrizes propostas por Nunes et al. (2012), comparando-se com dados anteriores da região Nordeste (Noronha, 2006; Noronha et al., 2008). Constata-se que, embora abordem ferramentas importantes tais como, psicometria, estatística, psicopatologia e psicodiagnóstico, ainda se percebe pouca ênfase no aspecto histórico da AP. Por fim, inúmeras disciplinas ainda utilizam termos tecnicistas obsoletos (e.g., exame), havendo necessidade de avançar para uma formação crítico-reflexiva (Nunes et al., 2012). A busca por uma coerência no ensino dessa disciplina constitui uma questão histórica recorrente nessa área (Noronha et al., 2010).

Quanto aos resultados apresentados pela CHD das IES privadas, aspectos como “aplicação e interpretação” e “testagem” foram frequentes, denotando ainda uma estruturação curricular restrita ao manuseio dos testes psicológicos. Assim, percebe-se que apesar da existência de diretrizes para o ensino de AP (e.g., Nunes et al., 2012), as IES privadas do Nordeste brasileiro ainda se ancoram na perspectiva tecnicista acerca do uso dos testes psicológicos, sendo caracterizada pela reprodução de uma prática menos reflexiva sobre as razões que a fundamentam (Noronha, 2006). Siqueira e Oliveira (2011) discutem a diferenciação entre a AP e a testagem psicológica, desmistificando a igualdade entre ambos os conceitos e acentuando que este último é apenas uma estratégia para obtenção de informações. Depreende-se, dessa forma, que o teste, enquanto uma ferramenta, deveria consistir em uma ação pontual e a AP ser decorrente de um processo investigativo extenso e complexo (Andrade & Sales, 2017).

Por outro lado, ainda nas instituições privadas, de igual modo, foi possível observar a aplicabilidade de diretrizes propostas por Nunes et al. (2012), na medida em que contemplam tanto alguns contextos da AP, abrangendo as áreas

da saúde/hospitalar e organizacional e clínica, quanto uma ênfase que diz respeito à formação com base na aplicação de testes psicológicos. Tal panorama indica a valorização da psicometria e o processo de construção de itens e testes como conhecimentos imprescindíveis para a formação do(a) psicólogo(a), permitindo assim a reflexão por parte dos(as) futuros(as) profissionais sobre os testes psicológicos, para que servem e em quais ocasiões devem utilizá-los. Ademais, isto sinaliza a preocupação quanto aos aspectos éticos e as maneiras que esses instrumentos contribuem para os processos avaliativos.

Os dados da CHD também sinalizam para existência de uma abordagem tradicional nas disciplinas das IES públicas no Nordeste brasileiro: a AP associada à clínica. Os dados indicaram, como se pôde constatar, a presença dos termos “psicodiagnóstico”, “neurose” e “psicose”, o que reforça os resultados obtidos por Bardagi et al. (2015), demonstrando-se como a formação em AP ainda enfatiza o referido contexto de atuação. Por outro lado, as classes dois (Intervenção) e três (Modelos Teóricos), referente aos dados das IES públicas, demonstram que o ensino de AP no Nordeste brasileiro tem introduzido nas ementas conteúdos sobre os fundamentos da psicometria, mesmo que, ainda de maneira insuficiente; maior articulação com outros saberes teóricos e práticos, coadunando a compreensão de AP enquanto processo; e a atuação em AP em outros cenários, que não somente a clínica (e.g., cenários escolar e esportivo).

Em resumo, de maneira geral, os resultados encontrados por meio de análises das ementas de disciplinas de AP mostraram, especialmente nos cursos de psicologia das IES públicas, consideráveis aproximações às DCN (ME, 2011) e às diretrizes propostas por Nunes et al. (2012), demonstrando atualização na área por parte de alguns cursos. Todavia, isso não significa que a formação em AP possa ser considerada adequada na região. Por exemplo, o enfoque pautado no psicodiagnóstico continua evidente no ensino e as ementas não favorecem processos de ensino e aprendizagem crítico-reflexivos, alinhadas a questões socioculturais e políticas, principalmente porque a AP já passou muitas dificuldades e polêmicas no Brasil (Bueno & Peixoto, 2018; Freires et al., 2022). Vale destacar a ausência de conteúdos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), mas que deve se justificar pela anterioridade do estudo ao período pandêmico.

Considerações Finais

Dessa forma, ainda há muito a se investigar sobre o processo de ensino-aprendizagem da AP no Nordeste brasileiro. Uma das possibilidades já apontada por Freires et al. (2017), ao analisar a região Norte e que se aplicam ao Nordeste, consistiria na avaliação do domínio dos docentes dessa região acerca do campo da AP e de seus conteúdos específicos. Contudo, ainda segundo os autores, nessa área do conhecimento, reconhece-se que, provavelmente, a maior parte dos cursos de psicologia no Brasil está distante de atingir os requisitos mínimos para o ensino apropriado em AP (Borsa, 2016), o que inclui também a região Nordeste. Os resultados do presente estudo parecem reforçar esses achados, embora muitas questões ainda precisam ser investigadas, incluindo dados de outras regiões do Brasil, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste que igualmente carecem de dados empíricos no âmbito da literatura da AP.

Finalmente, o presente estudo não está isento de limitações. Especificamente, não foi possível analisar todos os cursos de psicologia da região Nordeste, mas somente aqueles que disponibilizavam on-line seus ementários. Adicionalmente, não se distinguiu entre disciplinas obrigatórias e optativas, o que pode implicar em diferenças de carga horária e delimitações teóricas, por exemplo. Outra limitação deste estudo é que não houve análise dos PPP, quando disponibilizados por alguns cursos, para verificar se atendiam às diretrizes curriculares mais atuais dentro do período de realização desta pesquisa. Isso seria outro problema de pesquisa. Assim, estudos futuros podem atualizar os dados de PPP considerando as DCN mais atuais do Parecer CNE/CES nº 179 (ME, 2022). Com isso, ressalta-se a necessidade de investigações futuras que ampliem a amostra dos ementários, especialmente após a pandemia da Covid-19 em que o uso das TICs foi normatizado para a atuação profissional de psicólogos(as), mas ainda há muito o que se debater sobre sua capacitação quanto a essas tecnologias, no que diz respeito a questões éticas, técnicas, de segurança em AP em modalidade remota (American Psychological Association [APA], 2020; CFP, 2024; Marasca et al., 2020; Zanini et al., 2022).

Em resumo, para além dos avanços imprescindíveis para o ensino da AP no Nordeste brasileiro, ou melhor, a necessidade de uma estrutura curricular comum que possibilite coerência e solidez lógica para a formação em psicologia (Freires et al., 2017; Noronha, 2006; Nunes et al., 2012), bem como o cenário atual pós-pandemia apontam para a necessidade de discussões em torno de práticas profissionais remotas, inclusive, no âmbito das DCN. Em outras palavras, isso implica, ao pensar sobre as diferentes situações e contextos de trabalho dos futuros(as) psicólogos(as), considerar competências profissionais para lidar com as TIC, devendo esta ser problematizada ao longo do processo de formação dos discentes. Tais discussões são reflexos do cotidiano desafiador ao qual a ciência psicológica tem sido solicitada a adaptar suas práticas, concomitantemente respeitando-se os preceitos éticos e a qualidade do serviço ofertado à população (CFP, 2024). Por fim, espera-se que essas considerações possam acrescentar aspectos importantes para a compreensão da temática no contexto nacional, complementando os achados substanciais de pesquisas já realizadas em outras regiões do país.

Referências

- Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2003). *Avaliação psicológica: Conceito, métodos e instrumentos*. Casa do psicólogo(a).
- Ambiel, R. A. M., Zuanazzi, A. C., Sette, C. P., Costa, A. R. L., & Cunha, F. A. (2019). Análise de ementas de disciplinas de avaliação psicológica: Novos tempos, velhas questões. *Avaliação Psicológica*, 18(1), 21-30. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1801.15229.03>
- American Psychological Association [APA]. (2020, 1 May). *How to do psychological testing via telehealth*. <https://www.apaservices.org/practice/reimbursement/health-codes/testing/psychological-telehealth>
- Andrade, J. M., & Sales, H. F. S. (2017). A diferenciação entre avaliação psicológica e testagem psicológica: Questões emergentes. In M. R. C. Lins, & J. C. Borsa (Orgs.), *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 9-22). Editora Vozes.
- Bardagi, M. P., Teixeira, M. A. P., Segabinazi, J. D., Schelini, P. W., & Nascimento, E. (2015). Ensino da avaliação psicológica no Brasil: Levantamento com docentes de diferentes regiões. *Avaliação Psicológica*, 14(2), 253-260. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000200011&lng=pt
- Borsa, J. C. (2016). Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. *Temas em psicologia*, 24(1), 131-143. <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-09>
- Bueno, J. M. H., & Peixoto, E. M. (2018). Avaliação psicológica no Brasil e no Mundo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 108-121. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>
- Camargo, B. V. (2005). Alceste: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuino & S. M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). UFPB Editora Universitária.
- Cardoso, L. M., & Gomes, G. V. A. (2019). O ensino de avaliação psicológica nas instituições de ensino superior do Ceará. *Psicologia da Educação*, (48), 57-68. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752019000100007
- Cardoso, L. M., & Silva Filho, J. H. (2018). SATEPSI e a Qualidade Técnica Dos Testes Psicológicos No Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 40-49. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000209112>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2003). Resolução nº 002, de 23 de março de 2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/05/resoluxo022003.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2013). *Cartilha avaliação psicológica*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-avaliacao-psicologica-2013/>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2019). Resolução nº 18, de 05 de setembro de 2019. Reconhece a Avaliação Psicológica como especialidade da Psicologia e altera a Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-18-2019-reconhece-a-avaliacao-psicologica-como-especialidade-da-psicologia-e-altera-a-resolucao-cfp-n-13-de-14-de-setembro-de-2007-que-institui-a-consolidacao-das-resolucoes-relativas-ao-titulo-profissional-de-especialista-em-psicologia>
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2022). Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do(a) psicólogo(a), regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018?orign=instituicao&q=31/2022>

- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2024). Resolução nº 9, de 18 de julho de 2024. Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional e revoga a Resolução CFP nº 11, de 11 de maio de 2018, e Resolução CFP nº 04, de 26 de março de 2020. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2024-regulamenta-o-exercicio-profissional-da-psicologia-mediado-por-tecnologias-digitais-da-informacao-e-da-comunicacao-tdics-em-territorio-nacional-e-revoga-as-resolucao-cfp-n%C2%BA-11-de-11-de-maio-de-2018-e-resolucao-cfp-n%C2%BA-04-de-26-de-marco-de-2020>
- Freires, L. A., Guerra, V. M. & Nascimento, A. S. (2022). Desafios e proposições para a avaliação psicológica com grupos minorizados: (Des)alinhamentos sociopolíticos. *Avaliação Psicológica*, 21(4), 383-396. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-04712022000400003&script=sci_abstract
- Freires, L. A., Silva Filho, J. H., Monteiro, R. P., Loureto, G. D. L., & Gouveia, V. V. (2017). Ensino da avaliação psicológica no Norte brasileiro: Analisando as ementas das disciplinas. *Avaliação Psicológica*, 16(2), 205-214. <http://dx.doi.org/10.15689/AP.2017.1602.11>
- Gouveia, V. V. (2018). Formação em avaliação psicológica: Situação, desafios e diretrizes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe.), 74-86. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208641>
- Hazboun, A. M., & Alchieri, J. C. (2013). Justificativas e concepções de psicólogos que não utilizam avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 361-368. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300011&lng=pt
- Marasca, A. R., Yates, D. B., Schneider, A. M. A., Feijó, L. P., & Bandeira, D. R. (2020). Avaliação psicológica online: Considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. *Estudos de Psicologia*, 37, 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200085>
- Ministério da Educação [ME] (2022). Parecer CNE/CES nº 179, 17 de fevereiro de 2022. Reanálise do Parecer CNE/CES Nº 1.071, de 04 de dezembro de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a formação de professores de Psicologia. <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>
- Ministério da Educação [ME] (2011). Resolução nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de professores de Psicologia. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192
- Nakano, T. C., & Roama-Alves, R. J. (2019). Avaliação psicológica no Brasil. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Org.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 122-132). Editora Vozes.
- Noronha, A. P. P. (2006). Formação em avaliação psicológica: Uma análise das disciplinas. *Interação em Psicologia*, 10(2), 245-252. <https://doi.org/10.5380/psi.v10i2.7681>
- Noronha, A. P. P., Batista, M. A., Carvalho, L., Cobêro, C., Cunha, N. B., Dell'Áglia, B. A. V., Filizatti, R., Zenorini, R. P. C., & Santos, M. M. (2008). Ensino de avaliação psicológica em instituições de ensino superior brasileiras. *Universitas: Ciências da Saúde*, 3(1), 1-14. <https://doi.org/10.5102/UCS.V3I1.543>
- Noronha, A. P. P., Carvalho, L. F., de, Miguel, F. K., Souza, M. S., de, & Santos, M. A. (2010). Sobre o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(1), 139-146. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100015&lng=pt
- Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad, C., Bueno, J. M. H., & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 309-316. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200016&lng=pt

- Primi, R. (2018). Avaliação psicológica no século XXI: De onde viemos e para onde vamos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 87-97. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000209814>
- Ratinaud, P. (2009). *Iramuteq: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* [Computer software]. Iramuteq. <http://www.iramuteq.org>
- Reppold, C. T., & Noronha, A. P. P. (2018). Impacto dos 15 anos do SATEPSI na avaliação psicológica brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 6-15. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000208638>
- Reppold, C. T., & Serafini, A. J. (2010). Novas tendências no ensino da avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 323-329. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000200016&lng=pt
- Siqueira, I. L. S. M., & Oliveira, M. A. C. (2011). O processo de avaliação psicológica. In Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Ano da avaliação psicológica: Textos geradores* (pp. 43-48). CFP. https://satepsi.cfp.org.br/docs/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf
- Travassos, R. & Mourão, L. (2017). Resultados do ENADE e a avaliação da formação em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 16(3), 318-327. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1603.12576>
- Viana-Meireles, L. G., Sousa, D. A., Rego, M. B., do, & Cornélio, T. P. (2021). Relato de experiência acerca das vivências na prática da disciplina de avaliação psicológica. *Revista de Psicologia*, 12(1), 164-172. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.1.2021.13>
- Zanini, D. S., Oliveira, K. S., Oliveira, K. L., & Henklain, M. H. O. (2022). Desafios da Avaliação Psicológica no Brasil: Nova realidade, velhas questões. *Avaliação Psicológica*, 21(4), 407-417. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-04712022000400005&script=sci_arttext

Como citar:

Silva, U. I., Neto, Freires, L. A., Loureto, G. D. L., Costa, J. C. A., Nascimento, C. L., & Castro, A. M. F., M. (2024). Ementários de Avaliação Psicológica: Analisando IES Públicas e Privadas do Nordeste Brasileiro. *Revista Subjetividades*, 25(1), e14010. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25i1.e14010>

Endereço para correspondência:

Ulisses Izidorio da Silva Neto
E-mail: ulissesizidoriosn@gmail.com

Leogildo Alves Freires
E-mail: leogildo.freires@ip.ufal.br

Gleidson Diego Lopes Loureto
E-mail: diegoloureto.dl@gmail.com

Julio Cezar Albuquerque da Costa
E-mail: julio.costa@ip.ufal.br

Cleane Lacerda do Nascimento
E-mail: cleanelacerda@outlook.com

Angélica Maria Ferreira de Melo Castro
E-mail: angelicamfimcastro@gmail.com



Recebido em: 24/01/2023.

Aceito em: 21/06/2024.